

SOBRE A INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DO DIREITO

Alexandre Pasqualini^()*

Sumário: 1. Introdução. 2. Da formulação do conceito de interpretação sistemática. 3. Do enfrentamento das antinomias jurídicas. 4. Da importância do princípio da hierarquização axiológica. 5. Do problema da Justiça material. 6. Da constituição mútua dos pensamentos tópico e sistemático. 7. Conclusões.

1. Introdução

A hermenêutica jurídica é, certamente, o capítulo mais importante da Teoria Geral do Direito. Nesse contexto, *A Interpretação Sistemática do Direito*, do Prof. Juarez Freitas, oferece uma abordagem original como há muito não se via. Antigas e recorrentes disputas jusfilosóficas são precursoramente debeladas. O eminente jusfilósofo, sem desconsiderar as conquistas e os avanços do pensamento contemporâneo — aos quais nunca deixa de exaltar os méritos —, apresenta, a cada passo, novas e profundas contribuições, cuja eficácia, não apenas perceptível no campo teórico, põe-se de manifesto sobretudo no cotidiano prático da hermenêutica jurídica. Seu espírito inovador responde, pois, ao sempre universal imperativo científico de fincar raízes na realidade, recusando toda e qualquer vocação para falsas sutilezas abstratamente desligadas da experiência concreta. *A Interpretação Sistemática do Direito* integra, assim, o restrito rol dos livros fiéis ao próprio discurso: síntese dos métodos sistemático e tópico, nasce da harmônica aliança entre indução empírica e dedução sistêmica, aliança essa evidenciada pela produtiva colaboração entre a dogmática e a jurisprudência.

O âmbito de enfoque desse livro é bem mais amplo e denso do que, à primeira vista, poder-se-ia imaginar. É que a postulada mudança no conceito de interpretação sistemática decorre — como se verá — da simultânea e simétrica ampliação dos conceitos de sistema jurídico e de antinomias jurídicas, orientada pela descoberta, absolutamente pioneira e lúcida, do princípio da hierarquização axiológica. Temas como o da Justiça material e o das lacunas sofrem, também, nessa visada mais pertinente do Direito, conexa e não menos desbravadora reformulação.

^(*) Professor da Escola Superior da Magistratura — RS.

2. Da formulação do conceito de interpretação sistemática

Já no início de sua notável exposição, Juarez Freitas coloca em realce que a *«interpretação sistemática tem por objeto o sistema jurídico na sua condição de totalidade axiológica»* (1), alertando para a circunstância de que *«qualquer norma singular só se esclarece plenamente na totalidade das normas, dos valores e dos princípios»* (2). A autêntica exegese sempre constitui, para além dos atomismos, *«uma aplicação do Direito em sua totalidade»* (3), isto é, do Direito como *«rede axiológica e hierarquizada de princípios gerais e tópicos, de normas e de valores jurídicos»* (4). Em outras palavras, a lei se apresenta tão-só como o primeiro e menor elo da encadeada e sistemática corrente jurídica, da qual fazem parte, até como garantia de sua resistência, os princípios e os valores, sem cuja predominância hierárquica e finalística o sistema sucumbe, vítima da entropia e da contradição. Vale dizer, a unidade só é assegurada por obra do superior gerenciamento teleológico, patrocinado pelos princípios e valores constituintes da ordem jurídica. Vai daí que a idéia de sistema jurídico estava a reclamar conceituação mais abrangente, sob pena de se tornar incapaz de surpreender o fenômeno jurídico em toda a sua dimensão, principalmente na esfera decisória.

Com efeito, o eminente jurista gaúcho recusa, de plano, aquela noção de sistema fundada na qual *«as normas... guardariam entre si relação apenas de forma, destituída de conteúdo»* (5). Sem descuidar da valiosa e indispensável busca de *«coerência lógica mínima do ordenamento»* (6), chama a atenção para o fato de que tal exigência de unidade jamais será lograda apenas no patamar formal, uma vez que, na origem mais remota do Direito, estão presentes princípios e valores jurídicos potencialmente contraditórios. Isso importa em afirmar-se optar por outra formulação — que o Direito, com as asas de cera do formalismo dedutivista, nunca atingirá coerência sem comprometer, ato contínuo, sua eficácia e legitimidade substanciais.

Aristóteles ensinava que toda ação ou escolha deve corresponder a um bem (*ágathon*), a uma finalidade (*telos*) (7). Com o Direito não é diferente: a toda lei corresponde uma finalidade a partir da qual deverá ser interpretada e sem a qual jamais será compatibilizada com os fins últimos e gerais do ordenamento jurídico. *«A materialidade é que determina a forma, prévia ou superveniente»* (8). No fundo, a coerência formal é apenas a primeira, a mais inferior e a menos sólida expressão de unidade. Unidade das unidades será sempre a que emergir da coerência materialmente valorativa, no permanente e aberto jogo concertado dos fins intrínsecos a cada uma e a todas as normas jurídicas. Em se tratando de sistema jurídico, não se pode, pura e singelamente, pressupor uma coerência normativa anterior ou apartada do mundo da vida. É diante do caso concreto, pleno de contradições axiológicas, que se realiza a autêntica e atualizada compatibilização dos múltiplos segmentos do ordenamento jurídico.

Ademais, é preciso notar que o Direito, ao contrário do que faz supor o pensamento dedutivo-normativista, não se apresenta — nem poderia se apresentar — como um sistema fechado e completo. Não é fechado porque aberto à mobilidade (*Wilburg*) e à indeterminação dos conceitos jurídicos (*Engisch*); não é completo porquanto *«as contradições e as lacunas acompanham as normas à feição de sombras...»* (9). Trata-se, por

consequente, de uma unidade axiológica bastante peculiar: subsiste através do conflito e da indeterminação. Se, de um lado, é limite, de outro, é abertura (10). Por isso, longe de obstaculizar, tal natureza assume, no seio do sistema, a condição de um de seus pressupostos lógicos, eis que, abolindo a arbitrária dicotomia entre «interno» e «externo», assegura, em face do caso concreto e, principalmente, sem recorrer ao moroso legislativo, sua espontânea e natural modernização. Assim, sepultando a utopia do puro e cerrado formalismo, Juarez Freitas torna claro, nesse passo, que todo fechamento desagrega, só a abertura unifica. Em linguagem mais frontal, não há sistema sem correlata abertura.

Da mesma forma que a história está desde dentro e para sempre aberta, também o Direito, dotado de regras pertencentes a diferentes épocas evolutivas, apresenta o mesmo atributo. História e Direito são uma obra aberta, cuja significação comporta em si mesma o poder de se ultrapassar. Num eterno vir-a-ser, a ordem jurídica se renova a cada exegese, não significando isso, porém, conformar-se o Direito, na esteira da concepção indutivotópica, à idéia de sistema somente como conexão de problemas (11). A realidade jurisprudencial repele a caracterização do mundo jurídico como caótico feixe de problemas. Afigura-se mais precisa e promissora a definição do Direito como pauta de soluções, já que estas, e não os isolados problemas, constituem a nota identificadora do fenômeno decisório. Como diria Kant, «a mera multiplicidade sem unidade não nos consegue satisfazer» (12).

Mas para Juarez Freitas não basta, abandonando a exógena e falaciosa pretensão de um «sistema externo» (Heck), trazer os princípios e os valores para o centro de um sistema jurídico materialmente aberto, coerente e teleológico (Canaris). Antes é necessário pôr em destaque o elemento hierarquia sem o qual tudo submerge na irracionalidade. A hierarquia — mais material do que formal — prefigura e determina a construção do sistema, haja vista que as normas são sempre expressão de uma preliminar escolha axiológica, fundada na qual se erige a preeminência de um valor em relação a outro. Na esfera da conduta humana, em cujo território se insere o fazer jurídico, nada tem lugar sem a mediação hierárquico-axiológica. Tal princípio consubstancia autêntico metacritério ordenador de todos os sistemas jurídicos, em qualquer tempo e espaço: quem fala sistema, fala, necessariamente, hierarquização valorativa. Afinal, toda lei pressupõe uma escolha e qualquer escolha, implícita ou explicitamente, uma hierarquização axiológica.

Contudo, a hierarquização não se opera somente no momento constitutivo do sistema, acompanhando-o, sobremaneira, na fase do *decisum* ou aplicação do Direito. É por isso que a decisão jurídica não se deixa espalhar nos reduzidos limites da lógica formal, marcada pelo silogismo subsuntivo, melhor ajustando-se ao silogismo dialético, onde a hierarquização ou escolha das premissas, raiz epistemológica da exegese, assume maior ênfase (13). A hierarquização das premissas antecipa, logicamente, a solução do caso concreto, de sorte que «o resto... sobrevém ou deve sobrevir, por mero acréscimo, como uma implícita consequência da escolha feita» (14). Como bem assinala Juarez Freitas, «é a eleição da premissa de que tal ou qual princípio se constitui em cláusula pétrea que deverá... conduzir à declaração da inconstitucionalidade ou não da norma constitucional que supostamente o violou» (15).

Destarte, avançando muito em relação às contribuições anteriores (16), Juarez Freitas conceitua o sistema jurídico como «*uma rede axiológica e hierarquizada de princípios gerais e tópicos, de normas e de valores jurídicos cuja função é a de, evitando ou superando antinomias, dar cumprimento aos princípios do Estado Democrático de Direito, assim como se encontram consubstanciados, expressa ou implicitamente, na Constituição*» (17).

Tal conceito de sistema jurídico induz simétrico alargamento no de interpretação sistemática. No campo do Direito, como em qualquer âmbito do conhecimento, nenhuma mudança se deixa isolar: tudo repercute em tudo. Uma vez assinalada a natureza aberta, axiológica e hierarquizada do sistema jurídico — formatado não somente por normas, mas, com primazia, por valores e princípios jurídicos —, parece imperioso estender iguais características à interpretação sistemática. Donde resulta — destacando a insuperável precisão do nosso autor — que «*interpretar uma norma é interpretar um sistema inteiro*», pois «*qualquer exegese comete, direta ou indiretamente, uma aplicação de princípios gerais, de normas e de valores constituintes da totalidade do sistema jurídico*» (18). Se o Direito é, em essência, sistema axiológico, sistemático-axiológico deverá ser a sua exegese. Para conhecer o alcance da lei, convém indagar o alcance teleológico do próprio sistema. É por essa razão que «*não se pode considerar a interpretação sistemática, ..., como um processo, dentre outros, da interpretação jurídica. ... Neste sentido, é de se afirmar, ..., que a interpretação jurídica é sistemática ou não é interpretação*» (19).

No contexto do sistema jurídico e, por conseguinte, da hermenêutica jurídica, nada é absoluto — exceção feita ao princípio da hierarquização axiológica —, motivo por que toda norma, princípio ou valor só revelará o seu verdadeiro preceito a partir do diálogo com as demais normas, princípios e valores jurídicos. O melhor significado legal há de ser recolhido, por assim dizer, da alteridade jurídica resultante do encontro finalístico das partes com a inteireza do sistema: «*The intention of the whole will control interpretation of parties*» (20).

Da mesma maneira que a filosofia contemporânea repudiou a razão monológica como expressão de um ultrapassado individualismo, também o Direito reprova essa espécie de solipsismo hermenêutico que isola a parte das finalidades axiológicas do todo. O Direito é posto como totalidade valorativa. Não como mera soma de partes, mas como permeável unidade ou centro de sentido (21) a que estão ordenados todos os seus fragmentos. Nessa medida, o lúdico processo hermenêutico exige a mediatização dos preceitos singulares através da unidade substancial e teleológica do sistema. Uma norma particular não se pode converter, num misto de idolatria e rigidez, em cláusula espoliativa dos anelos axiológicos do sistema. Aplicar a lei significa, pois, aplicar a alma hierárquica e finalística do Direito, já que «*ao intérprete incumbe... dar sistematicidade à norma, vale dizer, colocá-la, formal e substancialmente, em harmonia com o sistema jurídico, concebido e pressuposto como garantidor da coexistência das liberdades e igualdades no presente vivo em que se dá a operação hermenêutica*» (22). Acima da letra, articulada no texto normativo, paira o *telos* sistemático-valorativo, que a infiltra e conjuga com as fundantes e superiores diretrizes constitucionais.

Toda interpretação última, portanto, um certo controle de sistematicidade (=controle de constitucionalidade) (23), por cujos méritos se concilia a norma particular com os fins máximos do ordenamento jurídico. Como diria o genial e tantas vezes injustiçado Bacon, a presumida heterogeneidade dos dispositivos singulares não é real, pois a identidade de cada específico estatuto não passa, sob o foco axiológico, de «*mera modificação de uma natureza comum*». Em todo sistema jurídico há como que uma «*instância de aliança ou união*» («*Instantia Foederis sive Unionis*»), conduzindo o atento exegeta das diferenças ao gênero e, por tal senda, sublimando o fantasma e o simulacro dos supostos elementos dissociados e dissociantes (24).

Essas considerações preponderam com mais intensidade, quando se percebe que os inúmeros e conhecidos critérios de interpretação não passam de fragmentos de um mesmo e principal critério: o sistemático-axiológico. Através dos traços peculiares a cada critério, um fio contínuo preserva ileso a perpetuidade da «*força sistematizante*» (25) comum a todos. Dessarte, hesitações superadas, «*todo processo hermenêutico é sistemático e sistematizante*» (26), o que dá argumentos a Juarez Freitas para definir a interpretação literal (27) como apenas a primeira e mais singela etapa da hermenêutica jurídica, da qual a interpretação conforme a Constituição representa o derradeiro e mais refinado propósito de coerência sistemática (28).

Demais, do plano natural da exposição, resulta claro que «*a missão principal da hermenêutica reside não em tratar o intérprete como apenas passivamente reagente a um sistema posto, mas, sim, em cuidar de prepará-lo para o árduo, penoso e nem sempre bem efetuado exercício de vigilância contínua quanto à conformidade fundamental de suas decisões e subsunções normativas ao sistema jurídico vigente*» (29). Desse modo, se é verdade que «*o intérprete sistematiza, embora não crie Direito*» (30), não menos verdadeiro é que, nessa tarefa de sistematização, o intérprete «*faz escolhas*», isto é, hierarquiza normas, princípios e valores, sempre «*em atenção às multifacetadas exigências da vida real, dinâmica e insuperável em desafiar lógicas estritas*» (31). Sem meias palavras, Juarez Freitas mostra que só se consegue realmente renovar o sistema jurídico, obedecendo-lhe à aberta sistematicidade. O princípio da hierarquização axiológica, conectado às noções de abertura e de interpretação sistemática, possibilitam, hermeneuticamente, o ir além do sistema dentro e com o sistema. Numa frase, *o intérprete é absolutamente livre na e para a sistematização*. Como queria Aristóteles, já não é o reprovável voluntarismo de um homem isolado, mas a ação sistemático-sistematizante de um «*princípio racional*» (*lógon*) que, desde o âmago do ordenamento jurídico, renova-o sem jamais afrontá-lo (32).

Nessa perspectiva ampliadamente sábia e realista, o Direito não se deixa sufocar nem pelos horizontes fechados do sistema axiomático-dedutivo, tampouco, pelo horizonte unidimensional das exegeses literais. Em definitivo, a única interpretação fiel a si mesma é a que, fundindo os horizontes jurídicos (33) nem todo aberto, exterioriza-se como sistemático-teleológica «*e, em razão disso, hierarquizadora*» (34). Por outros termos, «*a interpretação sistemática deve ser definida como uma operação que consiste em atribuir a melhor significação, dentre várias possíveis, aos princípios, às normas e aos valores jurídicos, hierarquizando-os num todo aberto, fixando-lhes o alcance e*

superando antinomias, a partir da conformação teleológica, tendo em vista solucionar os casos concretos» (35).

3. Do enfrentamento das antinomias jurídicas

Desta inédita mudança nas noções de sistema jurídico e de interpretação sistemática, decorre, outrossim, a nova inflexão oferecida ao conceito de antinomia jurídica. Por muito tempo, a doutrina (Kelsen, Bobbio e outros) (36), com algumas variações estilísticas e metodológicas, circunscreveu as contradições jurídicas apenas ao conflito entre normas, o que, em senso comum, destoa da realidade viva do Direito, pleno de contrastes substancialmente valorativos. Todavia, em desabono a esse discurso dedutivo-normativista — mas sem olvidar jamais o escopo de mínima racionalidade do sistema —, Juarez Freitas evoca o dado factual sinalizando, mais precisamente, a ocorrência de atritos entre princípios ou valores jurídicos. Ainda quando se fale em antinomias entre normas, o que tem lugar, em concreto e para além das aparências, é o embate entre princípios ou valores, uma vez que as normas constituem, tão-só, o móvel exterior empregado pelo sistema para conferir vida e viabilidade aos ideais axiológicos do Estado Democrático de Direito. Como uma máscara, todo formal conflito entre normas encobre, em verdade, um substancial e autêntico conflito entre princípios ou valores jurídicos. Assim, em cada antinomia formal coabita, como seu pressuposto determinante, uma antinomia substancial. Se se preferir outra dicção, só há incompatibilidades entre as normas *«porque aí sucedem contradições simultâneas de valores ou de princípios»* (37).

Desse modo, superando os paradigmas anteriores, o nosso jurista define *«as antinomias jurídicas como sendo incompatibilidades possíveis ou instauradas, entre normas, valores ou princípios jurídicos, pertencentes, validamente, ao mesmo sistema jurídico, tendo de ser vencidas para a preservação da unidade interna e coerência do sistema e para que se alcance a efetividade de sua teleologia constitucional»* (38).

Mas é no campo dos métodos para vencer tais antinomias que a contribuição da *Interpretação Sistemática do Direito* credencia-se como mais intensa. Os sistemas jurídicos em geral, como forma de dar cobro à enfermidade antinômica, cunharam, desde longes tempos, metacrítérios como o de cronologia (39), superioridade (40) e especialidade (41), por cuja eficácia logrou-se, como atesta a doutrina, a solução de quase todas as antinomias, ressalvada, na opinião de alguns, apenas certa contradição de segundo grau, onde o conflito se alastra entre os próprios metacrítérios. *Norberto Bobbio* é terminante ao asseverar que para o choque entre os critérios de superioridade e de especialidade não haveria, no sistema, uma *«regra geral consolidada»* apta a resolvê-lo (42).

É, pois, contra essa preconceituosa e equivocada impossibilidade que Juarez Freitas investe, demonstrando que, através do princípio da hierarquização axiológica, sempre e em qualquer nível, revela-se possível a ablação de todas as antinomias. Quando o intérprete, de qualquer ordem que seja, se vir colocado entre, por uma parte, normas posterior, especial ou superior e, por outra, normas anterior, geral ou inferior, é de preceito que aplique as primeiras contra as segundas, não por obra exclusiva das respectivas metaregras de cronologia, superioridade e especialidade, mas, sim, porque, num dado momento, optou-se por *hierarquizar os valores* anterioridade, especialidade e supe-

rioridade como fundamentais em relação aos outros. Destarte, a cura para a moléstia antinômica emerge, ao fim e ao cabo, do princípio da hierarquização axiológica. Sua presença denuncia-se ainda quando invisível.

E mais: a universalidade desse operador deôntico debela inclusive as colisões de segundo grau, como a prefigurada por *Bobbio*. Na hipótese de conflito entre as regras de especialidade e superioridade, prepondera, em todos os casos, o princípio da hierarquização axiológica, o qual, pesando as circunstâncias fáticas e os valores contrapostos, fará prevalecer um ou outro metacritério, sempre com o objetivo de encontrar a solução mais sistemática e, por conseguinte, mas consentânea com os valores fundamentais da ordem jurídica. Em matéria de antinomias, não há, portanto, caminho interditado à força conciliadora do princípio da hierarquização axiológica. Impedindo a ruptura do ordenamento, tal metacritério transforma o conflito antinômico — mesmo o mais grave e perturbador — em gene de uma futura e sempre viável supra-assunção (*Aufhebung*) lógico-substancial, permitindo ao sistema, em todos os casos, domesticar e, até mesmo, inverter o efeito deletério das contradições.

Em síntese, a *Interpretação Sistemática do Direito*, com a surpreendente descoberta do princípio da hierarquização axiológica, põe em realce que «o melhor caminho em tais e em todas as situações, está na metarregra da hierarquização — mais axiológica do que formal — das normas ou disposições principiológicas antinômicas, ainda quando se esteja diante de conflitos entre os próprios critérios encarregados de desfazê-los» (43).

4. Da Importância do Princípio da Hierarquização Axiológica

Nesta etapa, aflora a contribuição mais impressionante do pensamento de Juarez Freitas. Trata-se — sem medo de errar — da categoria onde o autor mostra toda a sua perspicácia e originalidade. De resto, só um profundo conhecedor da especulação filosófica contemporânea e, ao mesmo tempo, dos desafios mais imediatos da práxis jurídica, seria capaz de compreender tão notável descoberta. O princípio da hierarquização axiológica constitui, sem dúvida, o núcleo indutor de todas as mudanças por ele propugnadas. Quem o não compreender, com certeza também não compreenderá, em toda a sua largueza, o vasto horizonte descortinado pela *Interpretação Sistemática do Direito*.

O princípio da hierarquização axiológica figura como elemento de união entre «ser» (*sein*) e «dever-ser» (*sollen*) (44). De um lado, é a mais alta manifestação do princípio de não contradição (45); de outro, uma espécie de imperativo categórico jurídico, no qual se opera — em contraste com o formalismo Kantiano — a inusitada fusão entre *a priori* e *a posteriori* (46). Numa sentença, é o grande e universal princípio conformador da lógica e do Direito. As órbitas analítica e axiológica, apenas na aparência dissociadas, encontram nele mútua constituição. Trata-se, em um só ponto, dos fundamentos formal e substancial da ordem jurídica. Segundo Juarez Freitas, «é um operador deôntico que ocupa o topo do sistema jurídico.... um critério sob o qual estão subsumidos todos os demais critérios.... [fazendo] as vezes de um imperativo principiológico que imprime unidade sistemática aos fins jurídicos» (47).

Diferente dos outros critérios ou metacritérios, cuja relatividade a doutrina nunc deixa de assinalar (48), o princípio da hierarquização axiológica é, simultaneamente, base e o ápice do sistema jurídico. Somente a partir dele o sistema se estrutura e apenas por sua causa mantém unidade e coerência. Na condição de princípio ordenador do Direito, tem o peso e o significado de um *valor jurídico absoluto*, ao qual, por esse motivo, não se opõe nenhum princípio antitético segundo aquela relação de polaridade comum aos outros inferiores metacritérios. Se algum princípio é um pólo, o pólo contrário é então, dialeticamente necessário; mas o princípio da hierarquização axiológica não é um pólo e, por consequência, não promove qualquer pólo oposto. *Ele é simplesmente o que deve ser para que a própria ordem jurídica possa ser*. Em linguagem mais direta, trata-se no mundo jurídico, do princípio de todos os princípios. Sem hierarquização axiológica, o Direito não seria capaz de conferir efetividade aos seus valores fundantes, nem teria força para vencer as suas naturais antinomias e lacunas. Ademais, como qualquer «*interpretação invariavelmente hierarquiza, em todos os tempos e sistemas*», o princípio da hierarquização axiológica assoma como um «*princípio teleológico comum aos Direitos de múltiplas épocas e povos*» (49).

Desse modo, fazendo justiça à articulação de Juarez Freitas, o princípio da hierarquização axiológica deve ser conceituado como «*o metacritério que ordena, diante inclusive de antinomias no plano dos critérios, a prevalência do princípio axiológicamente superior, ou da norma axiológicamente superior em relação às demais, visando-se a uma exegese que impeça a autocontradição do sistema conforme a Constituição e que resguarde a unidade sintética dos seus múltiplos comandos*» (50).

Todavia, o princípio da hierarquização axiológica — achado pioneiríssimo do nosso publicista — revela ainda mais outra admirável virtude: a força integrativa capaz de colmatar todas as lacunas jurídicas. Através dele se tornou possível harmonizar, do ponto de vista prático e teórico, as teorias, por tanto tempo contrapostas, da completude e da incompletude do sistema jurídico, mediante a superação até mesmo do eventual conflito entre as chamadas normas gerais inclusiva e exclusiva (51).

Com efeito, a norma geral exclusiva foi o primeiro recurso da moderna doutrina contra as lacunas. De acordo com essa linha de enfoque, quando um determinado comportamento não estivesse regulado por nenhuma norma particular inclusiva, cairia então, sob a tutela de uma implícita norma geral exclusiva de eficácia negativa, preceituando, para garantia do dogma da completude, a exclusão jurídica de todos esses comportamentos não disciplinados pela norma particular. Entretanto, com o aparecimento, na quase totalidade dos sistemas jurídicos, de normas gerais inclusivas — normas que, na omissão da lei, exigem a utilização da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito —, a questão adquiriu maior complexidade, uma vez que deu ensejo ao conflito até aquela altura desconhecido, entre as normas gerais exclusiva e inclusiva. Confrontada com alguma lacuna, o intérprete não sabia, perplexo, se a colmata inclusiva ou exclusivamente. Contudo, tal contradição — agora desmistificada — poderá ser facilmente sanada mediante o emprego do princípio ordenador da hierarquização axiológica. É que o sistema jurídico determina «*como regra derivada do princípio superior da hierarquização, que não deve haver incompletabilidade sistêmica em face das lacunas, exatamente*

porquanto se hierarquizou, como pressuposto ínsito à idéia mesma de sistema, que a completabilidade é um valor a ser preservado, inclusive para a garantia de outro valor fundamental, qual seja, o da coerência de um sistema que se pretenda capaz de oferecer, para todas as ocasiões, um comando que evite a falta de critérios jurídicos de decisão, impedindo a instauração da irracionalidade arbitrária» (52). Em outras palavras, o metacrítério da hierarquização axiológica «opera como norma negativa e geral que veda todas as contradições e ordena haja coerência interior, inclusive quando da antinomia entre a norma inclusiva e a exclusiva» (53).

Quer isso significar, portanto, que, a despeito da inegável existência de lacunas normativas, inócorrem, no interior do sistema jurídico, lacunas de critério (54). Se a ordem jurídica não é, de fato, completa, pelo menos parece ser, à luz do princípio da hierarquização axiológica, de todo e em tudo completável. Por isso, em perfeita e necessária confluência metodológica, a *Interpretação Sistemática do Direito* não nega as contradições, antes, dissolve-as; não encobre as lacunas, antes, colmata-as.

5. Do problema da Justiça material

Como destaca o Prof. Juarez Freitas, «a justiça se apresenta como um dos elementos essenciais e juridicamente indispensáveis à legitimidade e à continuidade mesma do Direito positivo», razão pela qual, em seu entender, «deve a interpretação sistemática, à base substancial do sistema objetivo, visar à suplantação das antinomias de avaliação ou injustiças....» (55).

Uma vez que todo Estado Democrático de Direito revela uma especial e preliminar vocação axiológica, afigura-se sempre possível identificar, no sistema jurídico e, em particular, nos seus princípios e valores constitutivos (56), a busca de certas prioridades, com o apoio das quais o intérprete, hierarquizando-as axiológica e sistematicamente, procede à constante e teleológica compatibilização, desde o interior da ordem jurídica e sem ferir o princípio da separação dos poderes, do direito posto com o direito tal qual deveria ser. É preciso notar que o sistema jurídico, sob o risco de sucumbir com ela, não deve conviver com a injustiça. A episódica tolerância para com as denominadas antinomias de avaliação (57) pode redundar em intolerância contra a unidade e a coerência racionais do Direito, além de produzir a quebra não apenas da legitimidade como, também, da eficácia, formal e material, do ordenamento positivo (58). Como pondera o autor, «o próprio sistema jurídico do Estado Democrático de Direito corre o risco de periclitar, fragilizado por um formalismo excessivo, se se contentar com uma interpretação e com uma exegese, não raro, só muito parcialmente em conformidade com o próprio sistema na sua abertura, o qual precisa alcançar, minimamente, os seus mais elevados objetivos para se manter como sistema» (59).

Assim, toda vez em que se surpreender arrostado por contradições entre normas e princípios de justiça acolhidos pela Constituição, cumpre ao intérprete, auscultando os limites racionais e finalísticos do sistema, harmonizar e, mais ainda, verticalizar umas e outros, valendo-se, para tanto, do auxílio conjunto e inestimável do princípio da hierarquização axiológica e da interpretação sistemática, sobretudo quando o conflito se verificar entre as aludidas regras de prioridade ou justiça. Em suma, a tarefa do exegeta

ou aplicador do Direito será, para sempre e eternamente, a de realizar, diante do caso concreto, «a máxima justiça sistemática possível» (60). Afinal, outra conduta não é esperada dos profissionais do Direito senão a de se preservarem íntegros e fiéis ao pleno potencial de Justiça teleológica latente no sistema jurídico. Evocando a acuidade de Pascal, nunca é demais lembrar que «o fim último é o que dá nome às coisas» (61).

6. Da constituição mútua dos pensamentos tópico e sistemático

Para boa parcela dos juristas, a alternativa parece ser a seguinte: ou o Direito é sistema e, como tal, fechado, coerente e completo, ou o Direito é assistemático e, nesta condição, aberto, contraditório e incompleto. Verifica-se, porém, com progressiva nitidez, como é falso esse dilema. Sabe-se, a cada passo mais, não haver rígida oposição entre as noções de sistema e de abertura. Bem ao contrário, uma depende da outra e uma conduz à outra, já que ambas, na essência, constituem pressupostos de racionalidade da ordem jurídica. Ora, se isso é verdade, então, *a fortiori*, não há, nem pode haver, mútua exclusão entre os pensamentos sistemático e tópico (62). O método jurídico, no seu núcleo mais íntimo, é mesmo típico-sistemático: sistemático, à proporção em que se estrutura como totalidade hierarquizada de normas, princípios e valores jurídicos teleologicamente encadeados; tópico, à medida em que a intrínseca indeterminação e abertura de tais normas, princípios e valores jurídicos oferecem, dentro e a partir do sistema, várias possíveis exegeses ou projetos de sistematização.

Há, portanto, nas disputas travadas entre a técnica do pensamento dogmático e a técnica do pensamento problemático, dois excessos em perfeita e concêntrica simetria: excluir a tópica ou o sistemático; não admitir outra coisa senão o sistemático ou a tópica. Para o pensamento dogmático, o mundo dos valores é descontínuo e admite excessiva variedade de opiniões e exegeses. Por isso, tenta, sem êxito, eliminar os valores, procurando abrigo em puros e formais comandos normativos. Para o pensamento problemático, ao reverso, a atmosfera sistemática é estreita e, o que é mais grave, infensa à natural dinamicidade da vida. Por esse motivo, repele o sistema e lança, também sem sucesso, o primado entrópico dos problemas sobre as normas. O resultado final desse confronto é que os dois posicionamentos destroem precisamente o que almejavam proteger. A radicalização lógico-formal dos dogmáticos implode o sistema ao lhe furtar a própria razão de ser: os princípios e os valores. O exagero lógico-dialético dos tópicos sabota a Justiça material quando lhe rouba o maior aliado: a sistematização axiológica. Ambas as facções esquecem, enfim, que não há valores sem sistema, nem sistema sem valores.

Mas o núcleo e a razão mais íntima para esse equívoco — sempre superado pela *Interpretação Sistemática do Direito* — talvez esteja no fato de que formalistas e aporéticos nunca conseguiram encontrar um grande e universal fundamento jurídico no qual se harmonizassem a necessidade lógica de sistema e a exigência axiológica de valores e de princípios. Em outros termos, tudo fica muito mais fácil quando se tem entre as mãos o princípio da hierarquização axiológica, sob cuja natureza convivem, em perfeita e dinâmica sintonia, o mais alto princípio lógico e o mais profundo princípio axiológico. Com efeito, a hierarquização valorativa assegura, de um lado, a sistemática vinculação à ordem jurídica e, de outro, o aporético procedimento de sistematização axiológica. Vale

dizer, o intérprete faz escolhas normativas, opta por critérios ou tópicos de exegese, mas sempre guiado pelo patrocínio superior, sistemático e jurídico do princípio da hierarquização axiológica. É precisamente a utilização desse metacritério que permite, dentre «n» possíveis, a eleição daquela exegese mais sistemática e, por conseguinte, mais ajustada à teleologia substancial da ordem jurídica.

À vista disso é que Juarez Freitas, de forma judiciosa, salienta: «*se é certo que a interpretação sistemática tem por objeto o Direito como um todo, elegendo critérios hermenêuticos e, sobretudo, hierarquizando sentidos teleológicos dos princípios, das normas e dos valores, então é igualmente certo que tal interpretação não é — nem deve ser — livre inteiramente, tampouco presa às deliberações ou vontades prévias. É o resultado do exercício de um pensamento sistemático e tópico, ao mesmo tempo. Sistemático, porque sempre atuante o metacritério racionalizador da hierarquização, que assegura a garantia de racionalidade do processo. Tópico, porque a hermenêutica se mostra como o processo empírico e aporético de sistematização discursiva, sendo que o sistema somente ganha contornos definitivos justamente por força da intervenção do intérprete na sua atuação eletiva entre sentidos necessariamente múltiplos*» (63).

Assim, nem se pode afirmar que a tópica é apenas «*um meio auxiliar*» do pensamento sistemático, como predicava *Canaris* (64), tampouco que o sistema é um recurso, até certo ponto circunstancial, no esforço de resolução tópica do caso concreto, como insinuava *Viehweg* (65). Observada a realidade mais de perto, percebe-se que «*a identidade essencial [entre os pensamentos sistemático e tópico] se faz epistemologicamente necessária, até para se entender a relação entre a hermenêutica que busca a sistematização e o objeto jurídico que se mostra permanentemente em mutação., qualquer visão unilateral peca pela incompreensão medular do pensamento jurídico, sempre tópico-sistemático, por força de sua natureza*» (66). Como bem arremata Juarez Freitas, «*a técnica do pensamento problemático não é diferente em essência da técnica de formação sistemática, ambas facetas do mesmo poder de hierarquizar entre várias possibilidades de sentido*» (67).

7. Conclusões

A *Interpretação Sistemática do Direito* oferece contribuições cuja importância e repercussão para a Teoria Geral do Direito e os trabalhos futuros — independentemente da filiação filosófica — já não poderão mais desconhecer. O novo conceito de sistema jurídico, a visão mais abrangente de antinomias jurídicas, a concepção inovadora de interpretação sistemática — apta a superar todas as antinomias e preencher quaisquer lacunas — e a descoberta, ainda mais relevante e pioneira, do princípio da hierarquização axiológica — princípio de todos os princípios jurídicos — tudo isso inaugura uma perspectiva filosófica inédita, onde o Direito, superando os déficits de racionalidade e de sistematização das metodologias exclusivamente tópicas, poderá ser «*visto, ensinado e aplicado como o lídimo sistema normativo do Estado Democrático*» (68). Em síntese, doravante, toda exegese terá de ser compreendida no seu momento hierarquizador e, em razão disso, mais próxima da «*máxima justiça sistemática possível*» (69). Trata-se, pois,

de obra que, indubitavelmente, haverá de permanecer — e permanecer como contribuição decisiva (70).

- (1) in *A interpretação Sistemática do Direito*. São Paulo, Malheiros Editores 1995, p.15.
- (2) Idem: in ob. cit., p. 16.
- (3) Idem: in ob. cit., p. 15.
- (4) Idem: in ob. cit., p. 18.
- (5) Idem: in ob. cit., p. 21.
- (6) Idem: in ob. cit., p. 23.
- (7) Aristoteles in *Ethica Nicomachea*. Oxford, Oxford Classical Texts, 1988, p. 1 (1194a); *Politica*. Oxford, Oxford Classical Texts, 1988, p. 1 (1252a).
- (8) Freitas, Juarez in, ob. cit., p. 29.
- (9) Idem: in ob. cit., p. 29.
- (10) Idem: in ob. cit., p. 100. Adotando linha de pensamento semelhante, assevera Konrad Hesse in *Grundzüge des Verfassungsrechts der Bundesrepublik Deutschland*. Heidelberg, C. F. Müller Juristischer Verlag, 1978, p. 13: «Esta abertura e amplitude da Constituição não significa, com certeza, sua dissolução num total dinamismo, no qual a Constituição se tornaria incapaz de dar à vida da comunidade condutor seguro. A Constituição não deixa apenas aberto, mas também assenta, de modo vinculante, o que não deve ficar aberto» («Diese Offenheit und Weite der Verfassung bedeutet freilich nicht Auflösung in eine totale Dynamik, in der die Verfassung ausserstande wäre, dem Leben des Gemeinwesens leitenden Halt zu geben. Die Verfassung lässt nicht nur offen, sondern sie legt auch verbindlich fest, was nicht offen bleiben soll»).
- (11) Pertinente a crítica feita a Max Salomon in ob. cit., p. 38.
- (12) Kant, Immanuel in *Logik*. Werkausgabe, Frankfurt am Main, Suhrkamp, vol. VI, p. 464 (A51): «Blosse Mannigfaltigkeit ohne Einheit kann uns nicht befriedigen».
- (13) Freitas, Juarez in ob. cit., p. 37.
- (14) Idem: in ob. cit., p. 38.
- (15) Idem: in ob. cit., p. 37.
- (16) Para melhor aferir as vantagens do conceito de sistema jurídico proposto, basta cotejá-lo com o de Claus-Wilhelm Canaris in *Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p. 77-78: «O sistema deixa-se, assim, definir como uma ordem axiológica ou teleológica de princípios gerais de Direito, na qual o elemento de adequação valorativa se dirige mais à característica de ordem teleológica e o da unidade interna à característica dos princípios gerais.»
- (17) in ob. cit., p. 40.
- (18) Idem: in ob. cit., p. 47.
- (19) Idem: in ob. cit., p. 49.
- (20) Kent, James. *Commentaries on The Constitution of the United States*, 1873, vol. I, p. 461.
- (21) A expressão alemã «Sinn-Heimat» — numa tradução literal, «lar ou terreno natal do sentido» — seria fiel para designar essa idéia. Vide, também, Juarez Freitas in ob. cit., p. 17: «O Direito é maior do que o conjunto das normas jurídicas, tanto em significado como em extensão».
- (22) Idem: in ob. cit., p. 50.
- (23) Idem: in ob. cit., p. 171.
- (24) Bacon, Francis in *Novum Organum*. In Great Book of The Western World, Chicago, *Encyclopaedia Britannica*, 1952, p. 162: «... mere modification of a common nature».
- (25) Freitas, Juarez in ob. cit., p. 52. Sobre os métodos de interpretação jurídica, ainda que incompletos, vide Norbert Achterberg in *Allgemeines Verwaltungsrecht*, Heidelberg, Decker & C. F. Müller, 1985, pp. 24-31;

- Maunz, Theodor e Zippelius, Reinhold, *Deutsches Staatsrecht*. München, C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1982, pp. 41-44; Drier, Ralf e Schwegmann, Friedrich. *Problem der Verfassungsinterpretation*, Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 1976.
- (26) Freitas, Juarez in ob. cit., p. 51.
- (27) F. W. Schelling in *A Essência da Liberdade Humana*, trad. de Márcia C. de Sá Cavalcante, Petrópolis, Vozes, 1991, p. 49, negava que a finitude fosse, por ela mesma, um mal. Nas suas palavras, «o mal não provém da finitude em si mas da finitude que se eleva a um si-mesmo». A mesma lógica vale para a interpretação gramatical ou literal: ele será um mal apenas quando, olvidando o conjunto axiológico maior, transformar-se em um «si-mesmo» arrogante e assistemático.
- (28) Freitas, Juarez in ob. cit., p. 53. Segundo Konrad Hesse in ob. cit., p. 32, «o princípio [da interpretação conforme a Constituição] funda raízes no princípio da unidade do ordenamento jurídico: em função desta unidade, as leis emanadas sob a vigência da Lei Fundamental devem ser interpretadas em consonância com a Constituição,...» («Der Grundsatz findet seine Wurzel vielmehr in dem Prinzip der Einheit der Rechtsordnung: um dieser Einheit willen müssen Gesetze, die unter der Geltung des Grundgesetzes erlassen worden sind, im Einklang mit der Verfassung ausgelegt...»).
- (29) Freitas, Juarez in ob. cit., p. 51.
- (30) Idem: in ob. cit., p. 51.
- (31) Idem: in ob. cit., p. 51.
- (32) Aristóteles in *Ethica Nicomachea*. Oxford, Oxford Classical Texts, 1988, pp. 2 (1095 a 10) e 102 (1134b). Traduziu-se «lógon» por «princípio racional» na estereótipo da tradução inglesa de W. D. Ross («rational principle»).
- (33) A expressão «fusão dos horizontes» («Horizontverschmelzung») é tomada de empréstimo a Hans-Georg Gadamer in *Wahrheit und Methode*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1965, pp. 289 e ss., 356 e 375.
- (34) Freitas, Juarez in ob. cit., p. 53.
- (35) Idem: in ob. cit., p. 54. Nesta definição ampliada de interpretação sistemática, a exegese dos princípios adquire importância decisiva, razão pela qual Juarez Freitas, citando Kant, alerta para o fato de que «o erro na formulação dos princípios é sempre o erro mais grave» (ob. cit., p. 168). O risco de equívoco ou omissão no manuseio dos vários princípios também não escapou à fina acuidade de Pascal in *Pensées, Oeuvres Complètes*, Paris, Éditions Seuil, 1963, (512-1), p. 576: «Ora, a omissão de um princípio conduz ao erro; cumpre, pois, ter uma visão muito nítida para ver todos eles, e, além disso, um espírito justo para não raciocinar em falso sobre princípios conhecidos»; («Or, l'omission d'un principe mène à l'erreur; ainsi il faut avoir la vue bien nette pour voir tous les principes, et ensuite l'esprit juste pour ne pas raisonner faussement sur des principes connus»).
- (36) Vide Hans Kelsen in *Teoria Geral das Normas*. Trad. de Florentino Duarte, Porto Alegre, Fabris, 1986, p. 157; Norberto Bobbio in *Teoria do Ordenamento Jurídico*. Trad. de Cláudio Cicco e Maria Santos, São Paulo/Brasília, Polis/Editora da Universidade de Brasília, 1989, pp. 80-88.
- (37) Freitas, Juarez in ob. cit., p. 62.
- (38) Idem: in ob. cit., p. 62.
- (39) Com relação ao metacritério cronológico, a diretiva mais acatada foi quase sempre a de que «lex posterior derogat legi priori» (vide Francisco Suarez in *Tractatus de Legibus ac Deo Legislatore*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1968, edición bilingüe, v. IV, p. 766. Todavia, cumpre notar que a regra nem sempre foi neste sentido. No período em que religião e direito formavam um todo indissociável («Jurisprudentia est rerum divinarum atque humanarum notitia»), hierarquizou-se a lei antiga em detrimento da lei nova. Como recorda Fustel de Coulanges in *A Cidade Antiga*, trad. de Souza Costa, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1929, p. 301, «no início a lei era imutável, por divina. Deve notar-se que nunca se revogavam as leis. Podiam-se fazer-se leis novas, mas as antigas subsistiam sempre, por maior que fosse a contradição que houvesse entre elas. O código de Dracon não ficou abolido pelo de Solon, nem as Leis Reais pelas Doze Tábulas».
- (40) Sobre o metacritério de superioridade («lex superior derogat legi inferior») vide Norbert Achterberg in ob. cit., p. 29.

- (41) O Direito, segundo clássica divisão herdada do direito romano, tem duas esferas de aplicação: uma geral («*jus commune*»), outra especial («*jus singularis*»). Em paralelo ao direito geral, criou-se, para as situações particulares da vida, um ordenamento mais conveniente e ajustado às exigências das relações jurídicas. Assim, às regras e aos metacritérios de exegese, sempre andou entrelaçado, por uma tradição bastante recuada, o princípio de que «*lex specialis derogat legi generali*». Desde Roma («*jure speciem generi derogare*», Papinianus, Digesto, 50, 17, 80 e 48, 19, 41), passando pelo pensamento escolástico («*Generi per speciem derogatur*»; Francisco Suarez, ob. cit., p. 767), até chegar aos nossos dias, a orientação foi sempre a mesma: «o direito especial tem primazia sobre todo o direito geral» («*Darum hat das besondere (spezielle) Recht den Vorrang vor allem gemeinen Recht*»; Otto von Gierke, *Deutsches Privatrecht*, Leipzig und München, Verlag von Duncker & Humblot, 1936, p. 183.
- (42) Bobbio, Norberto in ob. cit., p. 109.
- (43) Freitas, Juarez in ob. cit., p. 68.
- (44) De resto, como Juarez Freitas já frisara no capítulo primeiro, «é impossível estabelecer uma completa disparidade entre ser e dever-ser, na condição de partida da autocompreensão metodológica do fenómeno jurídico, que não se deixa espalhar em tais lindes» (p. 21).
- (45) Sobre o princípio de não contradição vide Aristóteles in *Metaphisica*, Edição Triflingüe, Madrid, Editorial Gredos, 1982, (1005b19), pp. 167-168. Vide, também, Platão in *La République*, trad. de Léon Robin, *Oeuvres Complètes*, Paris, Bibliothèque de la Pléiade, 1950, v. I, p. 1003.
- (46) Freitas, Juarez in ob. cit., p. 82.
- (47) Idem: in ob. cit., p. 80.
- (48) Canaris, Claus-Wilhelm in ob. cit., p. 88: «Os princípios não valem sem excepção e podem entrar em oposição ou contradição entre si.»
- (49) Freitas, Juarez, in ob. cit., p. 82.
- (50) Idem: in ob. cit., p. 81. Kant afirmava que «é impossível tornar clara as regras se não dispomos de exemplos com os quais se possa mostrá-las in concreto» («*indem es unmöglich ist, die Regeln deutlich zu machen, wenn noch keine Beispiele bei der Hand sind, an welchen man sie in concreto zeigen kann*»; *Nachricht von der Einrichtung seiner Vorlesungen in dem Winterhalbenjahre von 1765-1766, Werkausgabe, Frankfurt am Main, Suhrkamp*, v. II, (A11), p. 913). Atento a esta recomendação, Juarez Freitas reservou um capítulo inteiro, o décimo (pp. 145-172), para mostrar, com exemplos e ilustrações colhidas nos diversos ramos da ciência jurídica, como funcionam, no dia-a-dia da jurisprudência e da doutrina, o princípio da hierarquização axiológica e a interpretação sistemática do Direito. Outros valiosos exemplos da atuação prática do princípio da hierarquização axiológica e da interpretação sistemática do Direito encontra-se em outro livro seu, *Estudos de Direito Administrativo*, São Paulo, Malheiros Editores, 1995, onde o autor mostra as repercussões palpáveis de suas idéias a respeito do sistema jurídico.
- (51) Idem: in ob. cit., pp. 85-89.
- (52) Idem: in ob. cit., p. 88.
- (53) Idem: in ob. cit., p. 181.
- (54) Idem: in ob. cit., p. 181.
- (55) Idem: in ob. cit., p. 91.
- (56) Além do princípio da hierarquização axiológica, há outros princípios jurídicos associados que são elencados e analisados ao longo do capítulo 7 (pp. 102-115) da obra em comento.
- (57) Com respeito às antinomias de avaliação vide Norberto Bobbio in ob. cit., pp. 90-91.
- (58) Tratando deste assunto, Karl-Otto Apel in *Transformation der Philosophie*, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1973, p. 375, assinala que «é muito elucidativo que um sistema jurídico que perde na sociedade o seu crédito moral, com o correr do tempo também costuma perder a sua eficácia» («*Es ist aber sehr aufschlussreich, dass ein rechtssystem, das in der Gesellschaft den moralischen Kredit verliert, auf die Dauer auch seine Effektivität einzubüssen pflegt*»).
- (59) in ob. cit., p. 127.
- (60) Idem: in ob. cit., pp. 101 e 143.

- (61) Pascal, Blaise in ob. cit., (502-571), p. 574: «*Or la dernière fin este ce qui donne le nom aux closes*». Com igual intenção, Ch. S. Peirce — citado por Karl-Otto Apel in ob. cit., p. 372 — pondera: «*O único mal moral consiste em não ter um fim último*» («*Das einzige moralische Übel besteht darin, kein letztes Ziel zu haben*»).
- (62) Sobre o pensamento sistemático e tópico vide: Viehweg, Theodor, *Topica e Giurisprudenza*, Milano, Giuffrè, 1962. Aristóteles, *Topica et Sophistici Elenchi*, Oxford, Oxford Classical Texts, 1989. Canaris, Claus-Wilhelm, *Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- (63) in ob. cit., p. 120. Em outro contexto, mas com igual postura epistemológica, Francis Bacon, empregando metáfora perfeita, já reclamava a vital imbricação entre os métodos dogmático e empírico: «*Todos aqueles que até hoje se ocuparam das ciências foram ou empiristas ou dogmáticos. Os empiristas, à maneira das formigas, contentam-se com amontoar e consumir; os dogmáticos, à maneira das aranhas, tecem teias a partir da sua própria substância. Mas o método de abelha situa-se no meio: recolhe a sua matéria das flores dos jardins e dos campos, mas a transforma e a digere através de uma faculdade que lhe é própria. O verdadeiro trabalho da filosofia cabe perfeitamente nesta imagem. ...Assim, devemos esperar muito de uma aliança mais estreita e mais respeitada entre essas duas faculdades, aliança ainda por se formar*» in ob. cit., p. 126.
- (64) Canaris, Claus-Wilhelm in ob. cit., p. 273.
- (65) Segundo Theodor Viehweg in ob. cit., p. 106, «*Si osserva che la logica é in verità assolutamente indispensabile, come in ogni altro campo, così naturalmente, ma che nel momento decisivo le viene sempre di nuovo assegnato il posto secondario. Il primo posto lo ottiene infatti 'l'ars inveniendi', a quel modo che intendeva Cicerone quando diceva che la topica aveva la precedenza rispetto alla logica*».
- (66) Freitas, Juarez in ob. cit., p. 122.
- (67) Idem: in ob. cit., p. 122. Além da mútua identidade dos pensamentos sistemático e tópico, o jurista gaúcho também promove, em paralelo, a síntese da Crítica das Ideologias (Jürgen Habermas) e da Hermenêutica Filosófica (Hans-Georg Gadamer). Superando tentativas anteriores, como a de Paul Ricoeur (*Do texto à Ação*, trad. de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando, Porto, Rés-Editora, 1989, pp. 329-365), demonstra que «*o metacritério de hierarquização axiológica, insito ao sistema jurídico, apresenta-se como o resultado vivo da própria necessidade de fazer preponderar tanto o 'logos' crítico, quanto o 'logos' tradicional, de molde a buscar a melhor universalização sistemática no caso concreto, vale dizer, topicamente*» (ob. cit., p. 132). Assim, desenvolvendo o trabalho que já realizara em sua tese de mestrado (vide *A Substancial Inconstitucionalidade da Lei Injusta*, Petrópolis, Vozes-EDIPUCRS, 1989), Juarez Freitas põe em evidência a essencial complementariedade entre o impulso hermenêutico de reconhecimento das tradições e pré-condições históricas do fazer jurídico e o impulso crítico desmascarador das falsas consciências desvirtuadoras da comunicação livre de preconceitos.
- (68) Freitas, Juarez in ob. cit., p. 189.
- (69) ob. cit., pp. 101 e 143.
- (70) Foi o que disse Eros Roberto Grau no prefácio, trata-se de «*texto do nosso tempo, distinto de tantos, tantos, que pretendem apenas a repetição da literatura jurídica européia até os anos sessenta e fogem aos desafios e à reflexão. Por isso o livro de Juarez ficará*» in ob. cit., p. 11.